



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 Brasília/DF. Tel.:(61) 2027-3192/ 3344 –
E-mail: conanda@sdh.gov.br - Acesso: www.direitosdacrianca.gov.br



278ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

21/11

Comissões Permanentes – PAUTA

CPP

Local: Sala SNPD, 8º andar, MDH

Horário: 09h às 13h

- Minuta de resolução que trata do SGD, SINASE e LGBT
- Minuta da Resolução de Obras – retorno da CONJUR com apontamentos que devem ser analisados pela Comissão.
- Avaliação do Plano Nacional de EVSCA
- Posicionamento do Conanda a respeito do recambio de adolescentes – solicitação do CNAS sobre uma deliberação do CONDECA/SP.
- Carta CONSEA para os novos governantes (verificar se o CONANDA valida)

CMF

Local: Sala de Reuniões da SNDCA, 8º andar, MDH

Horário: 09h às 13h

- Caravanas
- Resolução ID Conselhos
- Apresentação do Projeto Cartas de Lá para Cá
- Escola de Conselhos – IFRO
- Encontro do CPA no Rio de Janeiro
- Publicações

CDHAP

Local: Sala de Reuniões da SNPDDH, 9º andar, MDH

Horário: 09h às 13h

- Visita in loco ao município de Dourados/MS para tratar da questão de acolhimento de crianças e adolescentes indígenas.

- Nota Pública a respeito do PL 7.180/2014 – Escola sem Partido
- Educação Domiciliar

COF

Local: Sala de Reuniões Plenária 10º andar MDH

Horário: 09h às 13h

- Cartilha Fundo;
- Planejamento COF;
- Relato Reunião MNPCT;

21/11

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

14h00- 14h30 – Abertura da 278ª Assembleia, aprovação da pauta e informes

14h30-15h00 – Sociedade Brasileira de Pediatria Dr.ª Luciana Rodrigues

15h00 – 16h30 – Relatoria da Comissão de Mobilização e Formação - CMF

18h00 – Encerramento da 278ª assembleia ordinária

22/11

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

Apreciação do Regimento Interno do Conanda

9h00 - 9h30 - Abertura da 278ª Assembleia, aprovação da pauta e informes.

9h30– 11h00 – Relatoria da Comissão de Políticas Públicas –CPP

11h00 - 12h00 – Relatoria da Comissão de Orçamento e Finanças – COF

12h00-14h00 - Intervalo para o almoço

14h00- 15h00 – Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar - CDHAP

16h – Encerramento da 278ª Assembleia Ordinária do Conanda

RESUMO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA

PARTICIPANTES

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais:

Mariana Siqueira de Carvalho Oliveira – Casa Civil

Juliana R. Oliveira – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG

Luís Carlos Martins Alves Júnior - Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/MDH

Sociedade Civil:

Marco Antônio Soares - Central Única dos Trabalhadores - CUT
Lucimara Varanis Cavalcante – Associação Internacional Maylé Sara Kali
Regina Coeli Calil Lustoza Leão - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB
Roberta Gomes Motta - Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços – ACM
Francisco Rodrigues Correia – Federação Nacional Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas
Antônio Lacerda Couto - Confederação Nacional Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular - CECUP
Renato César Ribeiro Bonfim – Casa da Cultura Ilê Asè D' Osoguâ - CCIAO
Anna Beatriz Languè Peranovich Leite – Federação Nacional das APAES – FENAPAES
Catarina de Santana Silva – Fundação Fé e Alegria
Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani - Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC
Glicia Thais Salmeron de Miranda - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Vitor Benez Pegler - Instituto Tellus
Orlando de Almeida Filho - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Conselheiros Suplentes Presentes:**Governamentais**

Luiz Barcelos – Ministério da Saúde
Claudio Luiz Pinheiro da Silva - Ministério do Esporte
Ana Luisa Coelho Moreira - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Danyel Iório de Lima - Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/MDH
Francisco Coullanges Xavier – Ministério do Desenvolvimento Social

Sociedade Civil:

Thais Dantas – Instituto Alana

Demais Participantes:

Ana Claudia Castro - UNESCO/CONANDA/MDH
André Lima - CONANDA /MDH
Arlete Alves - CONANDA/MDH
Cleide Duarte - CONANDA/MDH
Jean Marcos- CONANDA/MDH
Patrícia Arantes - CONANDA/MDH
Verena Martins - Coordenadora-Geral do CONANDA/MDH

Paulo Farias – Inspetoria São João Bosco – Salesianos

Neyla Ferreira Mendes – DPE/MS

Luciana Rodrigues Silva - Sociedade Brasileira de Pediatria

1. Abertura, aprovação da pauta da 278ª Assembleia Ordinária:

O presidente do Conanda, Professor Marquinhos faz abertura da 277ª Assembleia Ordinária, cumprimentando a todos presentes. Faz leitura das pautas dos dias 21 e 22 de outubro e coloca em votação, o conselheiro Orlando sugere incluir na pauta a leitura da carta aberta ao Conanda dos adolescentes que estiveram no último Encontro Nacional de Adolescentes no Rio de Janeiro, a sugestão é aceita e a leitura da carta foi inserida na pauta da assembleia. A aprovação da pauta pelos conselheiros foi unânime.

O presidente passa a fala ao vice-presidente e Secretário da SNDCA Luís Carlos, que cumprimenta a todos, e agradece a presença da Dra. Luciana Rodrigues Silva, da Sociedade Brasileira de Pediatria e fala a respeito das eleições presidenciais, do novo governo que se instalará na República e da necessidade de se ampliar e fortalecer a rede de atuação. Por isso foi feito o convite à Dra. Luciana, que é uma profissional de expressão e extremamente respeitada, que conhece a matéria voltada para criança e adolescente, e que com certeza têm muito a contribuir para a melhoria das condições de saúde da criança e adolescente no país. O vice-presidente do Conanda relata que o MDH fez a entrega do Prêmio dos Direitos Humanos, ressalta a beleza da solenidade e as conquistas da gestão do Ministro Gustavo Rocha.

O presidente do Conanda apresenta os informes das participações externas, dos ofícios que foram encaminhados conforme as deliberações e encaminhamentos da plenária anterior. A conselheira Thais Dantas, informa à plenária que a entidade a qual representa está fazendo o monitoramento da aplicação da decisão do habeas corpus que foi impetrado em favor de todas as mulheres no sistema prisional ou no sistema socioeducativo com filhos, com idade inferior a 12 anos, que estavam ainda em prisão provisória. Professor Marquinhos apresenta a conselheira Juliana que fará a substituição do Conselheiro Eduardo Gomor, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a conselheira faz sua apresentação ao pleno.

Professor Marquinhos passa a palavra para a Dra. Luciana Rodrigues Silva, da Sociedade Brasileira de Pediatria, que cumprimenta à todos os presentes, agradece o convite do secretário da SNDCA e explica um pouco sobre a Sociedade Brasileira de Pediatria que tem um trabalho muito próximo com uma série de órgãos nas esferas federais, estaduais e municipais, e que está sempre em busca das melhores políticas voltadas para crianças e adolescentes, para a valorização do pediatra e dando apoio as ações de promoção da saúde das crianças e adolescentes. A representante da SBP fez

várias sugestões de pautas para o conselho e a mesa recomendou ao conselho que todas as sugestões recebidas sejam agregadas no planejamento da próxima gestão (biênio 2019-2020). O encaminhamento foi aprovado por aclamação. A mesa deliberou que a Comissão de Políticas Públicas construa o rascunho de uma Nota Pública a respeito do fim do Programa Mais Médicos e que encaminhe para os conselheiros para análise e considerações dentro de um prazo, para em dezembro ser analisada pelo pleno.

Com relação a assembleia de dezembro, que seria originalmente concluída na quinta-feira, dia 20 de dezembro, foi decidido em consulta com os conselheiros da sociedade civil e governo que será alterado para o dia 21 de dezembro, tendo em vista que a Caravana Nacional se realizará nos dias 17 e 18 de dezembro, 19 de dezembro será o seminário de letalidade e a assembleia ocorrerá nos dias 20 e 21 de dezembro.

2. Relato das comissões:

a) Comissão de Mobilização e Formação – CMF

Coordenação: Eduardo Gomor

Relatoria: Roberta Motta

A conselheira Roberta inicia a relatoria, tratando sobre questões da Caravana Nacional, que não houve nenhuma deliberação específica para o Conanda, somente foram realizados alguns ajustes com relação a execução do evento, como a participação de adolescentes que não são do CPA, mas que participaram de alguma das etapas regionais, e de membros do sistema de justiça, os pedidos foram analisados e a comissão decidiu que não será possível a participação dos adolescentes e não haverá possibilidade de custeio de passagens para os membros do sistema de justiça.

Como segundo ponto da pauta, a relatora trata da Resolução do ID Conselhos, a CMF fez uma avaliação das contribuições realizadas e decidiu manter o texto original considerando a linha de raciocínio para não alterar a concepção. A minuta do ID conselhos já foi apresentada anteriormente no Conanda, então a comissão solicita que a minuta seja compartilhada com os conselheiros para que a minuta possa ser apreciada e aprovada na plenária de dezembro. O encaminhamento foi aprovado por unanimidade.

Dando continuidade na pauta, a relatora apresenta o Projeto Cartas de Lá para Cá, um projeto literário que envolve troca de cartas entre crianças municípios brasileiros e portugueses. O escritor José Santos solicita a chancela do Conanda ao projeto. Foi afirmado que não se trata de pedido de recursos financeiros. Como encaminhamento a CMF solicita a SE que envie o projeto para todos os conselheiros do Conanda para leitura e análise dos conselheiros para deliberação sobre a chancela em dezembro de

2018 e mande o link que tem as publicações do projeto para o conhecimento de todos os conselheiros. A plenária aprovou o encaminhamento por unanimidade.

Como próximo ponto, a conselheira relata que a CMF recebeu a visita da Pró-reitora do Instituto Federal de Rondônia, Professora Maria Gorete, que fez apresentação de toda a implementação do projeto do IFRO. A CMF fez várias análises, e ainda há um baixo índice de inscrições no curso. Solicitação de inscrições de técnicos, conselheiros suplentes e outras pessoas ligadas ao conselho, que demonstraram interesse em fazer a formação. A relatora informa que o início do curso será em dezembro, com aula magna, porém a retomada do curso acontece apenas em 14 de fevereiro de 2019, e que ainda existe a possibilidade de manter as inscrições abertas até janeiro 2019, tendo em vista que atualmente a previsão é para o encerramento das inscrições em 04/12. Foi apresentado uma Resolução do CEDCA/PA recomendando que a formação fosse feita pela escola de conselhos vigente no estado, resolução essa que o Conanda não tinha conhecimento na época que começaram as tratativas. E foi detectada uma dificuldade em adaptar o primeiro módulo do curso às demandas de cada estado, por isso, foi decidido que isso será feito em um módulo posterior. Como encaminhamento, a comissão solicita encaminhar ofício aos CEDCAs questionando a participação desses nos processos de instalação e funcionamento das escolas de conselhos e encaminhar a Resolução 112 que trata sobre a formação. Os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade pelo pleno.

Em prosseguimento da pauta, a conselheira trata sobre o encontro do CPA no Rio de Janeiro, que contou com a participação da consultora da SNDCA Monique Carvalho, e do conselheiro Orlando. A consultora Monique, realizou relato do encontro e fez a leitura de uma carta que os adolescentes do CPA escreveram para o Conanda, com uma série de questionamentos relacionados ao funcionamento do Comitê: como a posse do grupo escolhido, a participação deles dentro da comissão organizadora da conferência, eles relatam também a necessidade de pactuação com os CEDCAs para o apoio à participação dos adolescentes do CPA nas suas agendas, e o interesse na criação de redes sociais próprias. Os adolescentes também escreveram cartas de repúdio endereçadas: ao CEDCA/SE pela exclusão da adolescente Jaqueline do CPA; ao CEDCA/MT que manifestou que extinguirá a participação de adolescentes; ao CEDCA/SC para que mantenha a adolescente do CPA, que completará 18 anos. Como encaminhamento a comissão propõe a redação da resposta à carta dos adolescentes do CPA, explicando as razões pelas quais não houve ainda encontro do comitê, esta carta deverá ser validada pela CMF e pela Mesa Diretora. A CMF propõe a publicação de uma Resolução com os nomes dos adolescentes selecionados para o CPA (texto será aprovado ad referendum pela mesa diretora), para facilitar na hora das convocações para participação em eventos e reuniões, haja vista a necessidade do encaminhamento de documentos aos pais e escola para a liberação dos mesmos. É preciso realizar o levantamento dos adolescentes de estão com 18 anos, pois de acordo com consenso da plenária, o adolescente que completar 18 anos está automaticamente fora do comitê, sendo necessário que um

suplente assuma o posto efetivo. É preciso ver sobre a questão da participação na Comissão organizadora da XI CNDCA

Finalizando a pauta, a conselheira Roberta traz o informe sobre a Biblioteca Virtual, que foi alterado o fluxo do encaminhamento das publicações, que antes havia sido acordado que todas as publicações seriam encaminhadas por e-mail para apreciação da CMF, agora as publicações deverão ser encaminhadas através do espaço dos conselheiros no site do Conanda. E o fluxo para aprovação permanece o mesmo acordado na plenária n° 277.

b) Comissão de Políticas Públicas – CPP

Coordenador: Anna Beatriz Langue Peranovich Leite

Relatoria: Francisco Coullanges Xavier

O conselheiro Francisco inicia a relatoria da Comissão de Políticas Públicas com a leitura de uma carta dos conselheiros da sociedade civil, dos conselhos nacionais para os novos governantes, essa carta está sendo construída no fórum interconselhos, na qual eles solicitam que o Conanda subscreva a carta. O presidente do Conanda sugere que a carta deve ser subscrita na qualidade de Conselho e não somente da sociedade civil, para dar mais peso ao documento. A nota foi aprovada por unanimidade.

No próximo ponto a CPP traz a discussão da resolução de Obras e Empreendimentos, que foi devolvida pela CONJUR solicitando a exclusão de um artigo e a mudança de outro, sem nenhuma mudança estrutural da resolução lida na última plenária. O conselheiro Francisco faz a leitura dos itens a serem modificados para adequação da resolução, a CPP informe que houve consenso de acatar as alterações sugeridas pela jurídica e abre para a participação da plenária. As alterações foram aprovadas por unanimidade.

Dando continuidade à pauta, o relator traz a discussão sobre a minuta de resolução que trata do SGD, SINASE e LGBT, que foi feita em conjunto com o CNDH E CNDC/LGBT, que também colaboraram e analisaram a minuta da resolução em plenária, e devolveram a partir daquilo que foi deliberado por eles. A resolução versa sobre criança e adolescentes em uma perspectiva mais ampla dos direitos da população LGBT e também na perspectiva do Sinase que foi analisado pela própria passa pela coordenação do Sinase que também contribui na minuta. O conselheiro faz a leitura da minuta e abre para a contribuição da plenária. Após contribuições do pleno a minuta foi aprovada por unanimidade.

No próximo item de pauta, que trata sobre o Monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, o relator explica que a Sra. Mayra Gurgel da Coordenação Geral de Defesa da SDNCA participou da reunião da comissão e apresentou os resultados do monitoramento do Conanda sobre o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência

Sexual e o relatório com as atualizações, que será enviado aos conselheiros para contribuições. O conselheiro Francisco destaca a necessidade de garantir a participação de uma das conselheiras representantes do Conanda na Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CIEVSCA), tendo em vista a importância do acompanhamento dessa pauta. A comissão informa que todas as planilhas do monitoramento que foram apresentadas na CPP serão encaminhadas juntamente com relatório para os conselheiros analisarem e fazerem suas contribuições.

O último item da pauta é uma discussão sobre a questão do recambio de adolescentes, que é uma situação que está acontecendo especialmente no município de São Paulo com os municípios adjacentes. Trata-se de uma discussão entre o conselho tutelar, especialmente a política de assistência social, sobre a responsabilidade do encaminhamento adolescentes em situação de rua ou que não pertence àquele território, para que possam ser encaminhados para o território de origem. O conselho tutelar por meio do Conselho Estadual de São Paulo elaborou uma minuta de resolução onde se posiciona contra a ação, colocando que está não é uma atribuição do conselho tutelar, mas sim da assistência social por meio dos CRAS e CREAS. Isso gerou um conflito com assistência social, e a Comissão de Intergestores Bipartite da Assistência Social de São Paulo também se manifestou no sentido de que essa não era uma atribuição da Assistência Social e sim do conselho tutelar. Deste modo a comissão acredita que é precisa um diálogo muito mais aprofundado, e intersetorial para definir a atribuição institucional pelo recâmbio, a fim de se chegar num posicionamento.

Como encaminhamento a comissão sugere encaminhar a minuta do CONDECA, CIB-SP e CNAS para todos os conselheiros a fim de dar ciência e embasar para a discussão; encaminhar ofício a todos os conselhos estaduais da Criança e do Adolescentes solicitando informações sobre essa prática no seu âmbito e Conselhos das Capitais e cidades de grande porte; realizar um encontro nacional para discutir o tema e propor orientações; encaminhar ofício ao CONDECA e ao CNAS informando que o debate está sendo realizado em nível federal por meio do CONANDA; incluir o tema no próximo planejamento anual do CONANDA e encaminhar ofício ao CNMP, CNJ, DPU para se posicionar sobre o tema. Encaminhamento aprovado por unanimidade.

A conselheira Iolete faz a cobrança referente a cópia dos documentos sobre o Decreto da Lei 13.431 - Minuta do Decreto de escuta, que foi deliberado que seria encaminhado para os conselheiros da CPP, portanto reitera-se a solicitação de que o Gabinete encaminhe os documentos enviados a Casa Civil a respeito do documento encaminhado para assinatura do presidente.

➤ **Apreciação do Regimento Interno do Conanda**

Foi feita a leitura e a aprovação dos artigos que estavam faltando da apreciação feita na assembleia do mês de outubro.

c) Comissão de Orçamento e Finanças – COF

Coordenador: Danyel Iório de Lima

Relatoria: Edmundo Ribeiro Kroger

O conselheiro Edmundo inicia a relatoria da Comissão de Orçamento e Finanças – COF informando que foi feita uma revisão do plano de ação e explica que embora muitas coisas tenham sido encaminhadas, algumas ficaram para concluir, e uma delas se refere à avaliação de documentos/decretos. Como por exemplo, o decreto do edital de chancela que é uma aspiração antiga, e que o André, assessor da COF, fez a revisão de tudo que foi construído nos últimos 10 anos, e com essas informações a COF formatou um primeiro documento que será aprofundado, sendo apresentado em um formato final na reunião de dezembro. Além do decreto sobre a chancela, a COF também se debruçou sobre a questão do fundo a fundo, que também é um anseio antigo do Conanda e que também está sendo concluído e será apresentado na próxima assembleia. Com relação a resolução 137, a COF fez uma completa adaptação dela à lei do Miroski, porque antes só havia sido feita uma parte específica, que dizia respeito àquilo que colidia com a lei, daí foi feita uma outra resolução que complementa, então o que foi decidido é que a COF iria adaptar a resolução do Conanda ao que o Ministério Público estava propondo. O texto foi finalizado e será encaminhado aos conselheiros, para análise e contribuições, para finalmente apresentar, em dezembro, o texto já finalizado para acompanhamento

Como próximo ponto de pauta, a COF trata sobre a cartilha do FNDCA, voltada para os fundos municipal, estadual e federal, que está sendo produzido pela SNDCA o documento em PDF com todos os referenciais com os anexos referentes ao FNDCA, com a resolução do Conanda sobre fundo e o último chamamento público que foi feito, juntamente com os modelos de termo de fomento e de termo de colaboração, que são os documentos que a AGU publicou, então todos esses anexos estarão nessa cartilha que a secretaria está produzindo. A COF vai disponibilizar esse texto para os conselheiros, para que eles possam contribuir com suas opiniões, para apreciação e aprovação na assembleia de dezembro.

Como encaminhamentos a COF sugere que a sociedade civil, por intermédio do Fórum Nacional DCA desenvolva ações a fim de marcar uma audiência com o MPF a fim de conseguir apresentar texto de alteração dos artigos 12 e 13 da resolução 137 do Conanda com a presença da AGU; encaminhar texto da 137 sugerido pela COF para todos os conselheiros para apreciação com prazo de 5 dias de retorno; oficiar a AGU e reiterar MPF sobre o recurso do fundo; oficiar a Comissão da Câmara presidida pela Erika Kokay sobre os encaminhamentos aprovados na audiência pública em comemoração ao ECA; atualização da Cartilha do Fundo dos Direitos da Criança e da Adolescência,

será enviado para todos os conselheiros para contribuições. Todos os encaminhamentos propostos foram aprovados por unanimidade.

d) Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar /CDHAP

Coordenação: Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani

Relatoria: Avelina Alves Lima Neta

A conselheira Jimena faz a relatoria da CDHAP, e traz como primeiro ponto de pauta uma minuta de nota pública a respeito do PL 7.180/2014, que foi encaminhada pela conselheira Lucimara para a apreciação e contribuição da comissão e aprovação na plenária. A conselheira faz a leitura da minuta que é aprovada pela plenária. Como encaminhamento a comissão solicita que a nota seja encaminhada para todos os órgãos e organizações que são enviadas as notas sobre aprendizagem.

Dando continuidade a pauta, a CDHAP trata sobre a educação domiciliar, que ficou pendente uma atualização do que estava acontecendo com relação às discussões a respeito da temática e a comissão também solicita enviar os convites que foram deliberados na assembleia anterior.

Como último item da pauta a relatora traz para conhecimento do pleno a questão da Visita in loco ao município de Dourados/MS para tratar da questão de acolhimento de crianças e adolescentes indígenas. Na reunião estiveram presentes: Neyla Ferreira (Defensoria Pública – CONDEGE), Rayanne Lima (Funai), Flavia Guerreiro (MDS), Andreia Jacinto (FUNAI). O relatório da reunião será partilhado, houve uma contextualização histórica, foram apontadas uma série de dificuldades para este momento fazerem esta visita com todos os atores necessários e foi possível perceber os objetivos da visita do Conanda tem alguns pontos mais específicos e que são urgentes. Em reunião virtual entre os órgãos foi feita a proposta de visita técnica e realização de seminário, a fim de aprofundar a análise sobre qual proposta seria mais efetiva. Indicando a Funai como articuladora e estruturar a proposta de uma pauta para a visita.

Em reunião entre MDH, MDS, MS e FUNAI, foi proposto que no primeiro dia de visita fosse feito uma identificação da rede de atendimento, tanto da assistência quanto da saúde, junto com gestores municipais, estaduais e indígenas, para pensar em uma proposta de plano de ação de convivência familiar e comunitária, a fim de fazer uma avaliação e devolutiva, propondo novas ações, que conversem com plano. Pauta da visita in loco: questão dos serviços ofertados referentes a crianças indígenas e crianças indígenas com deficiência. E o sistema de garantia frente aos casos de abrigo compulsivo de crianças indígenas. Pauta do Conanda (ainda esse ano, Campo Grande e Dourados) – Investigações baseadas no relatório da Funai, sobre as competências do SGD quanto aos casos de acolhimento institucional, violação de direitos e oferta de políticas públicas. Proposta de mobilização universidade, sociedade civil, promotoria pública, defensoria, Funai, gestão estadual, municipal,

coordenação da infância, ouvidoria do MP, conselhos DCA e DH. Vinculando a reunião da rede de atendimento para 2019. Realização conjunta do seminário. Justificativa: o encerramento do ciclo a partir do relatório da FUNAI apresentado em maio 2017, com a finalidade de registrar encaminhamentos e desdobramentos para a próxima gestão.

Como encaminhamento a CMF propõe a realização de uma visita do Conanda, prioritariamente na primeira semana de dezembro, com mobilização dos atores do SGD (CMDCA, CEDCA, MP, Fóruns e Redes), Funai, com a finalidade de escuta e averiguação das situações dos direitos das crianças e adolescentes indígenas, em Dourados e Campo Grande no Estado do Mato Grosso do Sul. E essa visita terá como representante do Conanda a conselheira Glicia (CDHAP). O conselheiro Orlando acompanhará a atividade; a participação na articulação intersetorial (saúde, assistência, e direitos humanos, defensoria estadual e Funai) para discussão das políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes indígenas. E preparação de pauta conjunta para o início de 2019; o compromisso do Conanda em contribuir na avaliação do Plano de ação intersetorial para promoção dos direitos a convivência familiar e comunitária de crianças e jovens indígena do cone sul do mato grosso do Sul em 2019 e a elaboração de minuta de resolução sobre regra pré-processual necessária para a aplicação das medidas de proteção de crianças e adolescentes indígenas, em consonância ao artigo 157 do ECA e a convenção 169 OIT e as resoluções 90 e 181 do Conanda. A CDHAP vai encaminhar para SE que compartilhará com todos os conselheiros para contribuições no prazo de 5 dias. Todos os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade pela plenária.

17h30: Encerramento da 275ª Assembleia Ordinária do Conanda.